

COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL MINERAL – CPNM

4ª Reunião Ordinária

DATA : 18 de junho de 2001

LOCAL : Belo Horizonte

Ausentes: Representantes da Fundacentro, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, da Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional das Instituições Financeiras e CGT.

Dando início aos trabalhos, o coordenador da CPNM, Mário Parreiras de Faria, fez a leitura da Ata da 3ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos presentes. Em seguida informou que o representante da CNI, Fernando Lignani justificou sua ausência. Informou ainda sobre a visita técnica que foi realizada pela Coordenação da CPNM e técnicos do DSST na Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas no estado do Pará, no período de 18 a 21 de maio passado, relatando que houve a oportunidade de verificar a implantação da NR 22 naquela empresa bem como verificar o sistema de gestão em segurança e saúde no trabalho ali implantado, além de atividades educativas voltadas para a segurança e saúde no trabalho desenvolvidas junto aos alunos da Escola local. O coordenador informou também sobre a realização da Teleconferência da NR-22 em 29 de maio passado, transmitida para todas as Delegacias Regionais do Trabalho, através de sistema de antena parabólica, sendo que a audiência foi boa, considerando o volume de perguntas encaminhadas. Solicitando a palavra Giuseppe Vincenzo, relatou que fazendo uma análise mais profunda da NR-22, verificou que alguns itens consensados no GTT foram alterados na publicação no Diário Oficial, citando, por exemplo, a retirada dos limites de exposição da ACGIH na alínea "a" do item 22.3.7.1.2 (relativo ao Programa de Gerenciamento de Riscos), retirada das referências às normas da ABNT e de todas as citações relativas ao Departamento Nacional de Produção Mineral. Relatou ainda que houve a substituição da expressão "por profissional legalmente habilitado" pela expressão "pelo encarregado-de-fogo (blaster)" no item 22.21.3.1(relativo à elaboração do plano do plano de fogo). Na oportunidade, Almir Chaves explicou que as referências à ACGIH e à ABNT, foram retiradas pelo setor jurídico do Departamento, visto que, com relação à ACGIH, o entendimento é que não se pode obrigar na regulamentação nacional o cumprimento de padrões internacionais e que, no caso da ABNT, também há entraves jurídicos para se trazer para nas regulamentações trabalhistas as normas da ABNT pois estas são uma propriedade de Associação que as elabora e sendo vendidas e não são disponibilizadas de maneira ampla, inclusive para o próprio Ministério do Trabalho e Emprego. Vitor Feitosa propôs uma comparação de todo o texto consensado no GTT com o texto publicado no DOU bem como marcar uma reunião com o setor jurídico do DSST para verificar a possibilidade de se contornar as dificuldades jurídicas levantadas bem como definir claramente os limites de aplicação da NR-22. de forma a não

descharacterizar o processo de negociação tripartite. Giuseppe Vincenzo enfatizou que as questões relativas à segurança técnica das minas seriam assunto para as Normas Regulamentares da Mineração - NRM - de responsabilidade do DNPM e como as Normas Regulamentares da Mineração ainda não foram publicadas haveria o risco de não guardarem relação com a NR-22, prejudicando a aplicação desta. Alexandre Trajano informou que tudo que foi acordado de forma tripartite na NR-22 foi incorporado nas NRM relatando que o Termo de Acordo a ser assinado entre o DNPM e o Ministério do Trabalho e Emprego prevê a integração e a compatibilização das legislações, o treinamento e a verificação conjunta do cumprimento da legislação. Informou também que as Normas Regulamentares da Mineração - NRM - já foram finalizadas e estão aguardando aprovação do Diretor Geral do DNPM, que assumiu a função recentemente e enfatizou as dificuldades que têm ocorrido com o atraso de sua publicação, especialmente os questionamentos que têm sido encaminhados politicamente pelo IBRAM. Na oportunidade Vitor Feitosa disse que estão ocorrendo questionamentos sobre o processo de elaboração das NRM que não seguiu o modelo tripartite adotado na discussão e aprovação da NR-22, havendo apenas a disponibilização da proposta das NRM no site do DNPM para contribuições, mas que tal fato não desmerece as NRM pois seu caráter é essencialmente técnico e que estão ocorrendo apenas problemas de encaminhamento e que no caso da NR-22 o IBRAM foi escolhido pelas representações de empregadores para falar por elas o que é diferente da participação que representantes do IBRAM tiveram como colaboradores durante o processo de elaboração das NRM do DNPM. Por seu lado, Alexandre Trajano disse que, embora alguns técnicos de empresas e do IBRAM tenham dado uma importante contribuição na redação das NRM, estas são muito abrangentes, enfocando aspectos do meio ambiente, produção, qualidade, entre outros, o processo de sua elaboração não permitiu a consulta ampla a todas as empresas do setor mineral ou adoção do modelo triparte utilizado na discussão da NR-22. A representação dos trabalhadores enfatizou mais uma vez a necessidade de ratificação da Convenção 176 e de se estabelecer um programa de fiscalização nas empresas do setor mineral e de treinamento dos auditores fiscais na área de mineração. O coordenador da Comissão informou que o DSST já está a par da necessidade de capacitar os auditores fiscais na aplicação da NR-22, já tendo decidido pela elaboração de um manual da NR-22. Almir Chaves informou que o DSST já demandou a elaboração de um pré-projeto de fiscalização no setor mineral, incluindo o combate a acidentes fatais e a elaboração de estatísticas de acidentes no setor. Com relação à convenção 176 da OIT, Almir informou que já foram realizados contatos com a assessoria parlamentar do MTE em busca de notícias sobre a ratificação da Convenção 176, informando que a mesma se encontra parada no Congresso. Vitor Feitosa enfatizou que deve-se verificar como é a relação do Itamarati com o MTE buscando formas de agilizar a ratificação da Convenção. Diante destes fatos, a Comissão decidiu que deverá ser ratificado, junto ao DSST, o posicionamento já tomado no sentido de ratificação da Convenção 176, tendo em vista documento produzido e consensado na 2ª. Reunião ordinária da CPNM e encaminhado ao DSST. A seguir, Luiz Carlos fez um relato das ações da Comissão Regional do Setor Mineral - CRSM - instalada em 30 de maio passado em Criciúma, Santa Catarina, inclusive com a presença das representações da CPNM e distribuiu

aos presentes cópias de documentos já produzidos: atas de reunião, regimento interno e plano de trabalho. Informou ainda que foram realizadas fiscalizações conjuntas em 15 unidades mineiras carboníferas através de 5 equipes, no período de 29 a 31 de maio, priorizando os aspectos mais relevantes da NR-22 e utilizando uma lista de verificação elaborada. Luiz Carlos relatou que tanto as empresas como os Auditores Fiscais têm apresentado dificuldades no entendimento e aplicação da NR-22 e solicitou a ajuda da CPNM para a preparação das equipes através de um curso, a ser realizado na DRT de Santa Catarina no final de agosto próximo, sobre PGR e gestão de riscos de forma a tornar mais eficaz a aplicação da NR-22 e para a elaboração de um roteiro para a verificação dos itens da NR-22 nos moldes dos repertórios de recomendações práticas da OIT. Almir Chaves sugeriu que o treinamento poderia utilizar a equipe do DSST que está ministrando curso sobre gestão de riscos para auditores fiscais. Luiz Carlos opinou que poderia haver uma articulação entre a equipe que está ministrando o curso de gestão de riscos para verificar a existência de datas e das agendas de especialistas da CPNM. Almir Chaves informou, face à solicitação de Alexandre Arruda sobre a agenda de eventos da Fundacentro, que na página do Ministério do Trabalho e Emprego tem um link com a página do PBQP onde há agenda de eventos. Com relação às atividades de mineração de mármore e granito, informou que devem ser retomados os trabalhos com a criação de uma Subcomissão com abrangência nacional, com a participação de representações de outros estados, além do Espírito Santo, em que a atividade tem importância. Assim, a CPNM deliberou que deverá ser encaminhado ao DSST os nomes de 3 representantes para compor a Subcomissão do Mármore e Granito, após o que deverá ser convocada uma reunião extraordinária da CPNM para estabelecimento de um plano de trabalho na área de segurança e saúde no trabalho para o setor. Os nomes dos representantes deverão ser encaminhados até o dia 6 de julho próximo. A CPNM deliberou, ainda, que no caso de formação de comissões regionais de acompanhamento da NR-22, os seus coordenadores serão convidados a participar das reuniões da CPNM quando estiverem em pauta assuntos de interesses setoriais e regionais e que as reuniões das comissões regionais deverão ser comunicadas aos membros da CPNM e disponibilizadas no site do MTE. A CPNM, em virtude dos trabalhos em desenvolvimento deliberou que suas reuniões deveriam ocorrer pelo menos a cada quadrimestre, nos meses de março, junho e outubro de cada ano, procedendo desta forma à alteração do Regimento Interno em seu artigo 4º. e de seu parágrafo único. Ficou decidido ainda que, em face das ausências não justificadas às reuniões da CPNM de representantes de algumas entidades deveria ser aplicado o artigo 12, do regimento interno. Foi também deliberado que o Ministério do Meio Ambiente deveria ser convidado para participar da reunião da CPNM a ser realizada em outubro próximo. Finalmente foi delegado ao Coordenador da CPNM a elaboração e encaminhamento de documento ao Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, enfatizando a necessidade de implementação das deliberações da CPNM. Não tendo mais nada a ser tratado foi lavrada a presente ata que será encaminhada aos presentes para a aprovação e posteriormente assinada. Belo Horizonte, 19 de junho de 2001.

Representação do Governo:

Ministério do Trabalho e Emprego: Mário Parreiras de Faria

Almir Augusto Chaves

Luiz Carlos Emanuely Osório

Departamento Nacional de Produção Mineral: Alexandre Trajano Arruda

Representação dos Empregadores:

Confederação Nacional do Transporte: Vitor Márcio Nunes Feitosa

Representação dos Trabalhadores:

**Central Única dos Trabalhadores: José Carlos do Vale
Giuseppe Vincenzo De Lorenzo**

Força Sindical : Marta de Freitas